

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O aperto de Kassab

Com o partido dividido entre Lula, Bolsonaro, Ciro Gomes e Sergio Moro, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, começa a ser visto pelos petistas como o possível responsável pelo segundo turno da eleição. E se as urnas confirmarem esse sentimento do PT, o comandante pedessista ficará numa situação desconfortável com Lula.

Veja bem

Lula acredita que pode vencer no primeiro turno. Mas, para isso, tem que reduzir o número de adversários, já que esse percentual que ele apresenta nas pesquisas, hoje, não é líquido e certo para o futuro. Nesse sentido, se Kassab tiver um candidato no primeiro turno, e sempre disse que terá, será menos um apoio — e menos votos para Lula na primeira rodada. Kassab, porém, não rachará seu próprio partido para atender ao PT.

STF atende a partidos...

Com a ampliação do prazo para definição das federações partidárias, fevereiro deixa de ser um mês tenso, mas nem tanto. O PSB, por exemplo, quer definir essa questão o mais rápido possível, antes do prazo de filiação partidária. Ou seja, até meados no março, no máximo.

...mas não os candidatos

Quem vai disputar eleição majoritária quer saber desde já quais são as chances de ser atendido, porque ninguém deseja dormir com o inimigo. No Distrito Federal, por exemplo, MDB e União Brasil estão em sentidos opostos, e deixar para maio não vai resolver as diferenças entre Ibaneis Rocha (MDB) e o ex-deputado Alberto Fraga (DEM), por exemplo. Tampouco entre Ibaneis e Izalci Lucas (PSDB), pré-candidato ao GDF.

A primeira briga do União Brasil

Os acordos do DEM e do PSL para as comissões técnicas da Câmara perderam a validade e os integrantes do novo União Brasil viverão dias de disputa pelos cargos, em especial a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Até aqui, o líder do PSL, deputado Victor Hugo (GO), tem cantado aos quatro ventos que sucederá a deputada Bia Kicis (PSL-DF) na CCJ. Entretanto, o novo partido não pretende confirmar a indicação. Afinal, Vitor Hugo é tão ligado ao presidente Jair Bolsonaro que muita gente aposta que ele

deixará o União Brasil. O líder, inclusive, se apresentou como pré-candidato ao governo de Goiás, contra o governador-candidato Ronaldo Caiado, que integra a nova agremiação.

Há quem suspeite que a pré-candidatura de Vitor Hugo ao governo goiano foi uma manobra justamente para que possa abrir mão em troca do comando da CCJ. Só tem um probleminha: os demistas consideram que não será necessário ceder a CCJ ao deputado porque Caiado, por ser candidato à reeleição, tem desde já a vaga para concorrer a mais um mandato.



CURTIDAS



João Doria acreditou no processo das prévias, jogou dentro das regras. Essa turma do jantar dizia que, se Doria ganhasse, iria acabar com o partido. Agora, são eles que estão acabando"

Do deputado Danilo Forte (PSDB-CE), referindo-se ao grupo de Aécio Neves (MG), José Aníbal (SP) e Eduardo Leite (RS), que se reuniu em busca de alternativas à candidatura de Doria

Isac Nóbrega/PR



Caiu geral I/ Na Câmara, pegou muito mal saber que o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (foto), fez o pré-lançamento de sua chapa ao governo do Piauí sem incensar o Bolsonaro no ato.

Caiu geral II/ O sentimento de muitos parlamentares nesses primeiros acordos eleitorais é o de que a derrota de Bolsonaro não está descartada. E, portanto, é preciso um distanciamento. Se os índices mudarem, porém, voltam rapidinho.

A força dos planos de saúde/ A manutenção do veto sobre os tratamentos orais de câncer foi uma demonstração de que o lobby dos planos de saúde é poderoso no Parlamento com votações pelo sistema virtual. Os temas mais polêmicos, porém, correm o risco de serem derrubados. Nesse rol, está o do Orçamento, que mais interessa ao governo.

PODER

Câmara aprova MP para policiais

Deputados avalizam texto-base da medida provisória que prevê subsídio a agentes na compra da casa própria

» CRISTIANE NOBERTO
» TAINÁ ANDRADE

Em votação simbólica, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a Medida Provisória (MP 1070/21), que cria o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro). A proposta é uma das prioridades do governo, que tenta reverter a imagem desgastada com os policiais, importante base eleitoral do presidente Jair Bolsonaro.

A Casa ainda vai analisar os destaques, em sessão prevista para hoje. A partir dessa deliberação, o texto será encaminhado ao Senado, com a expectativa

de que os parlamentares possam apreciá-lo na próxima semana. O trâmite no Congresso Nacional precisa acabar no próximo dia 21, ou a MP perderá a validade. A matéria entrou em vigor em setembro do ano passado e tem 120 dias para receber o aval das Casas legislativas para se tornar definitiva.

O programa, editado pelo Executivo, abrange policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais. Terá subvenção financeira concedida pelo governo federal e condições diferenciadas de crédito imobiliário para aquisição da casa própria.

Os imóveis poderão ser novos ou usados e, para financiamento

de construção individual, o valor é de até R\$ 300 mil. O relator da proposta, deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), também incluiu os policiais legislativos e aposentados e pensionistas com renda mensal bruta de até R\$ 7 mil, mas poderá chegar até os salários de R\$ 10 mil.

Embrionário

Ao ler o relatório no plenário da Casa, Coronel Tadeu afirmou que é um programa embrionário, porém com potencial para expandir. "Sabemos que não vai abraçar todos os profissionais, mas é um projeto embrionário, que pode evoluir", afirmou no discurso.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) destacou que os recursos

não serão provenientes do Orçamento da União, mas de um fundo criado no ano passado especificamente para financiar programas habitacionais voltados às forças de segurança. "É fundamental que você tenha uma política habitacional efetiva para profissionais de segurança que promovem uma função fundamental para a sociedade. É claro que poderia ser estendido para outras categorias, como professores, profissionais de saúde, servidores, que são verdadeiros heróis e heroínas", destacou. "Somos favoráveis a essa proposição, mas é preciso estabelecer uma proporcionalidade dos recursos e amplitude. É um valor pequeno para atender o conjunto da

demanda", acrescentou.

O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) lembrou que a maioria dos policiais vive em condições precárias. "Eu conheço bem lá no Rio de Janeiro. Há muitos anos, fui da Polícia Militar, fiz uma pesquisa sobre situação habitacional. O PM mora nos fundos, sem contar a habitação precária. O pessoal da segurança pública perdeu como um todo. Mas nas polícias militares e corpos de bombeiros do Brasil as perdas foram muito maiores", frisou.

Nas contas do relator, cerca de oito mil profissionais de segurança poderão ser atendidos pelo programa. Desde que foi implementado, aproximadamente 600 policiais já aderiram ao financiamento.



Sabemos que não vai abraçar todos os profissionais, mas é um projeto embrionário, que pode evoluir"

Coronel Tadeu (PSL-SP), relator

Na defesa do reajuste

O presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), Marcelo Buhatem, defendeu o reajuste salarial para a categoria, cujos rendimentos, segundo enfatizou, sofreram incisivas perdas. De acordo com ele, em 2006, o magistrado brasileiro ganhava entre 70 e 77 salários mínimos. Hoje, recebe de 32 a 35 salários mínimos.

"A Andes protocolou uma proposta ao Supremo Tribunal Federal (STF) assim que soubermos que o governo tinha enviado o projeto de Lei Orçamentária para o Congresso Nacional. O Supremo mandou, então, esse orçamento sem qualquer reajuste do subsídio. Aí, acendeu a luz amarela", relatou Buhatem no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. Ele sustentou que a proposta é meramente pela

recomposição inflacionária de 2021, ou seja, de 10,06%. "Reposição pura e simples. Diante desse quadro, nós estamos nos mobilizando", disse.

Está prevista para o próximo dia 15 uma nova reunião dos representantes dos servidores com o presidente do STF, Luiz Fux. A correção pedida inicialmente era de 20% no piso. O governo federal alega não haver espaço no Orçamento para acomodar reajustes. Segundo o presidente da Andes, é preciso que o Supremo se "sensibilize".

A solução para a falta de disponibilidade de recursos para atender à solicitação da categoria, na avaliação de Buhatem, seria enviar um Projeto de Revisão Orçamentária, que suplementaria o Orçamento de 2022.

"Durante a pandemia, apesar de os fóruns terem fechado — e

são até questionáveis esses fechamentos —, nós continuamos trabalhando muito e produzindo bastante. Esse foi o período em que o Judiciário mais trabalhou na história do país", justificou o desembargador. "Nós demos o nosso suor neste momento. Então, a gente quer ser reconhecido."

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), ele frisou que a quantidade de processos no período de quarentena chegou a 100 milhões. "Esse número é muito grande, isso é um enxugar gelo. E o que eu costumo dizer é o seguinte: enxugar gelo não é o problema, o problema é faltar pano, dinheiro para comprar o pano", acrescentou. **(Denise Rothenburg e Maria Eduarda Angeli, estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa)**

ED ALVES/CB/D.A.Press



Buhatem: "Nós demos o nosso suor neste momento. Então, a gente quer ser reconhecido"